

## A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA THE IMPORTANCE OF THE FAMILY IN THE INCLUSIVE EDUCATION PROCESS

Rosane Aparecida de Freitas <sup>1</sup>

### RESUMO

Compreender o papel das famílias no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular senso fundamental para que exista uma educação inclusiva de qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Escola. Família.

### ABSTRACT

Understanding the role of families in the process of including students with special educational needs in regular school is essential for a quality inclusive education.

**KEYWORDS:** Including. School. Family.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Licenciada em pedagogia (Universidade Metropolitana de Santos); Especialista Educação Inclusiva (FUNCAB); Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (FUNCAB); Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão, Coordenação, Direção e Pedagogo Escolar (FASG); Especialista em Ensino Religioso (FABRA).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo termo inclusão perpassa vários contextos; enfatizar a importância da família na escola dentro do contexto da Educação Inclusiva, essa relação família-escola contribui para uma melhoria no atendimento das necessidades das instituições de ensino, aprimorando competência e estimulando a autonomia das crianças com deficiência, permitindo que sejam vencidos vários obstáculos e concretizando o processo de ensino e aprendizagem. Pai e mãe, em primeiro tem, mais do que o direito de exercer o poder familiar na escolha das opções educacionais dos filhos, têm o dever legal e a responsabilidade por decisões que atendam aos interesses da criança, a liberdade dos pais, por isso mesmo, não é absoluta.

Educar uma criança, nesse sentido, tem a ver tanto com a formação de um indivíduo, inevitavelmente sujeita às escolhas que pais fazem em seu nome, quanto com um projeto de sociedade, consagrados numa política educacional. Numa democracia constitucional, que promete proteger direitos individuais, há espaços para decisões autônomas da família, mas há valores que a comunidade política não negocia, nem mesmo com a própria família. A educação Inclusiva é um processo que amplia a participação de todos os estudantes – sem distinguir condições físicas, mentais, sociais, de raça, cor ou credo – nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. O sentido do entre eles, o escolar, que implica não somente a inserção da criança com necessidades educacionais especiais no ensino regular, mas o fornecimento de apoio para que possa aprender.

A escola, portanto, deve proporcionar subsídios para que a criança possa se desenvolver de modo satisfatório, segundo suas necessidades e dificuldades, a partir de meios que venham a lhe favorecer de modo positivo. Neste sentido, as parcerias construídas entre a comunidade escolar, a família e a sociedade podem contribuir para que sejam desenvolvidas ações inclusivas para todos que da escola fazem parte, sendo o aluno ator central do processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, a escola inclusiva construída com a participação de diversos atores requer ainda reflexão constante, conhecimento das leis e disposição para mudar. Característica essa que faz parte dos princípios de uma escola inclusiva.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Compreende-se que a afeição e a dedicação da família também são essenciais nesse processo de desenvolvimento, e sua ausência pode dificultar o desenvolvimento do ensino- aprendizagem e ocasionar desajustes sociais. Diante disso, faz-se imprescindível pesquisar no cenário educacional o que tem impedido esse envolvimento dos pais no processo de aprendizagem dos filhos. De acordo com Mantoan (apud REGEN, 1998, p. 4), “é vital que o ambiente educacional que pretende operacionalizar experiências inclusivas esteja consciente de que: o meio mais favorável possível é o que constitui espaços institucionais abertos, em que a diversidade é a mola que impulsiona os educadores, os especialistas, pais e crianças e a sociedade em geral a mudar comportamentos, ideias, procedimentos, em busca de uma educação e vida de qualidade para todos”. A família possui um papel fundamental de compreender que a criança com necessidade educacional especial precisa vivenciar sua relação com o meio como qualquer outra criança, podendo desenvolver suas capacidades e conhecimentos através dessa vivência. As autoras Diva Albuquerque e

Silviano Barbato no livro “Desenvolvimento Humano Educação e Inclusão Escolar(2010)”, retratam algumas abordagens teóricas sobre os processos de desenvolvimento humano. Deve-se ter a consciência de que o ser humano não deve ser considerado um ser passivo, mas ativo, com capacidade de interagir, aprendendo no seu tempo, seja no ambiente escolar quanto familiar, fundamentais para a transformação de cada indivíduo. É necessário que haja colaboração tanto da família quanto da escola para o estreitamento dos laços afetivos. Dessen e Polônia (2007) destacam que os pais precisam ficar atentos tanto nos aspectos de acompanhamento das atividades e dos trabalhos realizados pelo educando, quanto a sua permanência no ambiente escolar e sua relação e integração entre professores e os pais.

Os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola:

como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 27).

Deste modo, tanto a escola quanto a família cumprem papéis de suma importância no desenvolvimento do indivíduo e a parceria entre ambas as instituições surge como construção para que a formação desse indivíduo se cumpra de forma integral. A relevância desse trabalho está em apontar a importância da participação da família na escola, visto que a família apresenta neste contexto histórico composições diferenciadas, merecendo um olhar atento. Tem-se como propósito, também, que a escola não seja um veículo de disseminação implícita dos diferentes preconceitos sociais. Sendo assim, faz-se necessário propiciar a convivência da família com a comunidade, estreitando os laços que as une.

## O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Sabe-se que o direito à Educação é o que garante o acesso a muitos outros, permitindo que as pessoas conheçam seus próprios direitos e os dos demais, fortalecendo-se na luta pela garantia dos mesmos. Ser cidadão é ter nossos direitos individuais, sociais e políticos garantidos e respeitados. No mundo atual, entretanto, milhões de pessoas são excluídas em maior ou menor grau da vida social, cultural, econômica, política, educacional, familiar.

A inclusão escolar no Brasil está intrinsecamente ligada à história e aos fundamentos dos movimentos voltados para a defesa e garantia dos direitos humanos. Estes se constituem como pré-requisitos para que os indivíduos possam construir suas vidas em liberdade, igualdade e dignidade. A finalidade do estabelecimento destes direitos não é o de igualar as pessoas ou os grupos sociais, mas assegurar-lhes uma vida digna, de acordo com as especificidades que lhes são próprias. Segundo coloca Peterke (2009), ao longo da história estes direitos têm sido primeiramente consolidados nas legislações nacionais, para depois se tornarem matéria do direito internacional.

Se há a necessidade de se falar em inclusão, obviamente é porque a exclusão ainda existe. A exclusão social é entendida essencialmente como uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros. A inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, as práticas anteriores de educação, como a exclusão, a segregação institucional e a integração de pessoas com necessidades especiais, vêm dando espaço, gradativamente, à inclusão. Como o objetivo da educação inclusiva é uma sociedade para todos, sua prática repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação (SASSAKI, 1999, p. 42). A educação

inclusiva passa a existir como resultado da luta pelo direito das pessoas com deficiência. Num primeiro momento, essa proposta educacional foi vista como uma inovação da educação especial; entretanto, progressivamente, ampliou-se em todo o contexto educativo, como uma tentativa de fazer com que a educação fosse de qualidade e que chegasse a todos para todos. A educação inclusiva é o processo de inclusão de seres humanos com deficiência na rede regular de ensino em todos os graus, desde a pré-escola até ao ensino superior. A escola precisa disponibilizar os meios necessários para o desenvolvimento das potencialidades humanas, abrangendo a formação da cidadania e também a construção do indivíduo como um todo. A educação inclusiva vem ganhando espaço no contexto social. Atualmente são considerados alunos com necessidades educacionais especiais aqueles apresentam durante o processo educacional dificuldades acentuadas de aprendizagem que podem ser não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências, abrangendo dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, bem como altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2005, p. 34). Para Macedo (2004), uma escola inclusiva é um espaço privilegiado de descobertas pessoais, de enfrentamento de preconceitos, de experiências de co-dependência:

a educação inclusiva é uma educação democrática, comunitária, pois supõe que o professor saia da sua solidão, arrogância, falso domínio e tenha a coragem de dizer não sei, tenho medo, nojo, vergonha, pena, não respeito, quero aprender ou rever minhas estratégias pedagógicas, pois não consigo ensinar para certos tipos de criança, não sei controlar o tempo, não sei ajudar não no sentido da co-dependência, mas no sentido da interdependência (MACEDO, 2004, p. 1).

Educar para a diversidade consiste em flexibilizar paradigmas, preconceitos, estereótipos, sendo necessária uma mudança no modelo educacional e principalmente a transformação das atitudes dos professores em relação à inclusão, uma vez que estes têm um papel fundamental nesse processo. Este princípio é a garantia de uma educação para todos, sem distinção de raça, gênero, classe social e econômica, religião, além de características individuais. Cabe enfatizar, porém, que educação inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em uma escola ou turma regular, como se fossem um espaço de convivência para desenvolver sua “socialização”. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e a permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorre a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. Deste modo, a escola inclusiva deve romper com as barreiras da exclusão e construir uma ponte de ligação entre os alunos ditos “normais” e os alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo a interação entre ambos, facilitando seu processo de ensino e aprendizagem e garantindo uma educação de qualidade como um direito de todos e para todos. A educação inclusiva constitui um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade de alunos. Ou seja, é um novo mundo, um novo olhar, um novo educar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família e a escola, em nossa sociedade, constituem-se como as duas instituições principais para suscitar os processos de desenvolvimento dos seres humanos, agindo como molas propulsoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Esses dois contextos exercem forte influência na vida de uma

pessoa com desenvolvimento atípico. A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão (Rego, 2003). Pode-se dizer que tanto uma como a outra têm a responsabilidade de transmitir e construir no indivíduo o conhecimento culturalmente organizado, transformando os modos de funcionamento psicológico, conforme as possibilidades de cada ambiente.

De acordo com Szymanski (2001), a ação educativa da escola e da família apresentam nuances distintas quanto aos objetivos, conteúdos, métodos e questões interligadas à afetividade, bem como em relação às interações e aos contextos diversificados. A escola é uma instituição identificada por duas características principais: a de ensinar conteúdos e a de formar as pessoas por meio da circulação de valores, ideias, crenças, preceitos morais e éticos. O espaço escolar constitui-se um lugar privilegiado, onde, a escola, como espaço social específico, enfrenta o desafio de superar práticas pedagógicas dominantes. Em que o seu papel é ensinar, garantir a aprendizagem de certas habilidades e conteúdos que são necessários para a vida em sociedade, contribuindo no e para o processo de inserção social através da criação de instrumentos de compreensão da realidade local, e, também, favorecendo a participação dos educandos nas relações sociais diversificadas. Já na família, promove-se uma ação de socialização, proteção, e o desenvolvimento de seus membros no plano cognitivo, afetivo e social. A família tem uma força significativa e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, sobretudo das crianças, que aprendem distintas formas de existir, de observar o mundo e construir as suas relações sociais. Há um esforço coordenado entre a escola e família em busca de respostas às muitas necessidades educacionais especiais. Marco de referência existencial, família e escola são as colunas de apoio e

sustentação ao indivíduo. Quanto maior e melhor for a parceria entre as duas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito. Deve ser constante e consciente a participação dos pais na educação formal dos filhos. Ambiente familiar e ambiente escolar são simultâneas e complementares e é imprescindível que pais, professores, filhos/alunos participem e compartilhem experiências, percebam e trabalhem as questões envolvidas no seu dia-a-dia sem julgar um ao outro, procurando o culpado ou inocente, entretanto buscando compreender as nuances de cada situação. Rotineiramente, a escola se queixa de que as famílias delegam unicamente ao meio escolar a educação de seus filhos. Do outro lado, alguns pais sentem que a escola lhes impõe o que fazer com seus filhos, não escutando seus pontos de vista, nem considerando suas possibilidades e necessidades como família. A escola possui um papel muito amplo na formação da cidadania, que perpassa a construção de conhecimentos por áreas. Tem um papel de formação de cidadania, garantindo uma educação que possibilite às pessoas terem consciência e conhecimento dos seus direitos e deveres, através de suas práticas pedagógicas, e por intermédio da problematização das áreas do currículo, integradas por um diálogo com os direitos humanos. É notório que todos os indivíduos têm capacidade de aprender; cada um com suas habilidades e potencialidades, independentemente de suas diferenças e deficiências. Atualmente, uma das questões que tem sido debatida, principalmente no processo de escolarização, é com relação à inclusão de crianças e/ou adolescentes com deficiência, com o intuito de se criarem ações e estratégias que possibilite desenvolverem um ensino-aprendizagem de qualidade, atento às suas potencialidades e peculiaridades.

Família e escola têm papéis sociais específicos; entretanto, não completamente diferenciados. Juntas, contribuem para o

desenvolvimento histórico e humano de nossa sociedade, a partir do momento em que cada instituição se responsabiliza pelo seu papel na sociedade. Nesse sentido, vê-se como frutífero o estabelecimento de parcerias em prol do amplo desenvolvimento de seus alunos, desde que, cada uma respeite as especificidades da outra.

A organização familiar no processo de inclusão é indispensável no contexto escolar. Neste sentido corroboro com Sasaki (1998) ao afirmar que envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando existe entre a escola e a família, um sistema de comunicação; os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos; as famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipe escolar. O estreitamento de laços entre família e escola, portanto, possibilita o desenvolvimento de ações em parceria, construindo coletivamente uma relação de diálogo mútuo, para que possam juntas enfrentar os desafios que a sociedade atual impõe a todos. Se unidas pelo mesmo motivo em prol do desenvolvimento integral do aluno em todos os aspectos (cognitivo, afetivo, social, psicomotor), do conhecimento das diferenças individuais, respeito às diversidades, considerando-o como um ser ativo com capacidade de se desenvolver plenamente, e no seu ritmo, seja no ambiente escolar seja no familiar, ambas as instituições estarão contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade menos excludente e segregacionista.

## REFERÊNCIAS

- BOWLBY, J. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2005.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994. HAERTER, Lisane et al. **Estimulação essencial: educação precoce: relatório de atividades**. Pelotas. APAE, 2003. 28p.
- KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: Albuquerque, D. A.; BARBATO, S. (Coord.) **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_fundamentos\\_para\\_educacao\\_inclusiva](http://www.educacaoonline.pro.br/art_fundamentos_para_educacao_inclusiva)>. Acesso em: 20 de fev 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para pesquisa e o desenvolvimento. **Cad. CEDES**, Set 1998, v.19, no.46, p.00-00. ISSN 0101-3262.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP, 2010.
- MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual qualitativa**. Porto Alegre: PUCRS, 2002. (Mimeo).
- PETERKE, Sven. [et al.] **Manual prático de Direitos humanos internacionais**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009. 374, p. (2009). Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a\\_pdf/manual\\_pratico\\_dh\\_internacionais.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a_pdf/manual_pratico_dh_internacionais.pdf)>. Acesso em: 30 de set 2015.
- REGO, T. C. (2003). **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SZYMANSKI, H. **A relação família- escola: Desafios e perspectivas**. Brasília: Plano, 2001.